

PORTUGAL COMO DESTINO, MAS O BRASIL VEM DEPOIS!

Daniel Conte¹

Para Paula Nassr, décima na sucessão direta dos Nasrídas – expulsos do Sul da Espanha em 1492.

RESUMO

Este texto busca traçar uma apresentação de anulamento do sujeito português inserido no contexto da imposição ditatorial salazarista, especialmente entre as décadas de 60 e 70 do século XX. Em contraposição, temos a colmatção das relações dialógico-culturais entre Angola e Brasil que se sedimentam com a independência do país africano em 1975, depois de 14 anos de guerra. O estudo está baseado nas obras de Lobo Antunes e Pepetela, dois escritores partícipes da guerra colonial. A base teórica traz Gaston Bachelard, Mircea Eliade, Eduardo Lourenço, Alberto da Costa e Silva, Peter Burke e Hobsbawm.

Palavras-chave: Literatura. História. Portugal. Brasil. Angola.

RESUMEN

Este texto busca trazer una presentación de vaciamiento del sujeto portugués insertado en el contexto de la imposición dictatorial salazarista, especialmente entre las décadas de 60 y 70 del siglo XX. A contrapunto, tenemos la colmatación de las relaciones dialógico-culturales entre Angola y Brasil que se sedimentan con la independencia del país africano en 1975, después de 14 años de guerra. El estudio está basado en las obras de Lobo Antunes y Pepetela, dos escritores partícipes de la guerra colonial. La base teórica trae Gaston Bachelard, Mircea Eliade, Eduardo Lourenço, Alberto da Costa e Silva, Peter Burke y Hobsbawm.

Palabras clave: Literatura. Historia. Portugal. Brasil. Angola.

¹ Doutor em Literatura Brasileira Portuguesa e Luso-africana pela UFRGS e professor do Curso de Letras na Universidade Feevale. Líder do projeto de pesquisa “O Brasil que me (des)silencia: a concepção de leitura e de leitores inscrita na ficção de Pepetela e a identidade sonhada”. E-mail: danielconte@feevale.br.

ABRAM OS PORTÕES DE SÃO BENTO, ABRAM!

Chovia na madrugada em que Salazar foi levado às pressas para a emergência do Serviço de Traumatizados Crânio-Encefálico do hospital São José, em Lisboa, em setembro de 1968, pelos médicos Eduardo Coelho e Vasconcellos Marques. O tempo estava marcado. Setembro de 1968 sofrera uma ruptura. A ponta do *Iceberg*² manifestava o início do fim de um tempo e os elementos estruturantes da ditadura salazarista começavam a abalar-se. Embora o que nos cabe falar em relação ao espaço é muito mais concreto do que aquilo que podemos referir em relação ao tempo, faz-se bem salientar que esse tempo é totalmente condicionado a este espaço. Condicionado de tal forma que tamanha é a força do espaço que logra parar o tempo; tamanha é a força do espaço que logra congelar o vapor, numa profícua decantação.

Isso se dá tão intensamente que projeta no homem-sujeito a pausa, pois o regime-espaço de Salazar revelou-se sempre “definitivamente contrário à modernidade e à universalização, ao desenvolvimento e à experimentação, à diferença e ao pluralismo” (DACOSTA, 1998, p. 130), sempre contrário a um espaço regido por um tempo real-cronológico, perpetuando, então, cada minuto para que ele não se apagasse, não se esvaísse e não desse vez a outro que ocuparia seu lugar até que não mais se suportaria e se acabaria em si mesmo e, assim, sempre. Dando às horas sua condição natural: a passagem!

Portugal, nesse marco espaço-temporal, começou a ruir. O mito do Estado salazarista tombava e fazia com que o Estado modelador, vigiador, também ruísse. O império abole a sucessão temporal - característica mítica - pretensão maior do regime, tendo a estaticidade como ritual, como um

não tempo num espaço que protege um não estado, fazendo com que o país se tornasse um significador dos problemas das condições humanas.

Afirma Eduardo Lourenço, em seu ensaio *Portugal como destino* (1999), que a “realidade efetiva de um povo é aquela que ele é como ator do que chamamos História”, porém o tempo chega depois da História no império de Salazar. A organização sgnica de Clio vem para compilar fragmentos e formar o espaço-mosaico que o sonhador português já formara no quadro invariável da janela, espaço maior do devaneio:

As janelas não se distinguem dos quadros: no vidro ou na tela, as mesmas árvores de outubro encolhiam-se como picas transidas depois de um banho de piscina, a que se enrolavam as serpentinas desbotadas de um carnaval defunto. As tias avançavam aos arrancos como dançarinas de caixinha de música nos derradeiros impulsos da corda, apontavam-me às costelas a ameaça pouco segura das bengalas, observavam-me com desprezo os enchimentos do saco e proclamavam azedamente:

- Estás magro.

Como se as minhas clavículas salientes fossem mais vergonhosas que um rastro de batom no colarinho (ANTUNES, 1986, p. 12).

Não há espaço que proporcione maior devaneio do que o da janela, ensina Bachelard (1998). A janela, objeto maior de desejo de um sonhador, aparece na narrativa de Lobo Antunes como fomentadora de uma imagem estática, obviamente reflexo do país, mas que oferece, ainda assim, uma comunhão de almas distintas, uma projeção do homem no espaço e uma absorção do espaço pelo homem. O tempo, aí, inexistente! É demasiado sublimado para interferir, para manifestar-se. Eis a relação Estado-indivíduo.

E toda a força da narrativa e a força toda da imagem – estéril imagem - projetam-se na própria palavra, o sonho é o próprio desejo de que o espaço recortado se metamorfoseie, se altere, mesmo tendo o observador aberto o espaço-mundo para ele (o estático não é o objetivo). Ainda que, no instante do narrado, tenha afastado momentaneamente as preocupações mundanas e se detido somente na imagem do pequeno-mundo-espaço.

² Ao referir-me a *Iceberg* me aproprio da imagem usada por BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto. **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, no qual Bosi se refere a datas como sendo pontas de *Icebergs*. Diz ele: “Datas são pontas de *Icebergs*. O navegador que singra na imensidão do mar bendiz a presença dessas pontas emersas, sólidos geométricos, cubos e cilindros visíveis a olho nu e a grandes distâncias. Sem essas balizas naturais que cintilam até sob a luz noturna das estrelas, como evitar que a nau se espedace de encontro às massas submersas que não se vêem?” (p. 19).

A agonia do narrador de Lobo Antunes, trazida pelo fragmento, não é somente o mormaço imagético que o cerca, mas a impotência de observador solitário que recalcula o imaginário morto de um país seco, reelaborando a própria falência. A agonia de não poder gerir imagens-espaço que alterem o *status quo* lusitano, esterilizando, assim, também a comunicação em todas as suas dimensões. E Bachelard (1996, p. 167), ao referir-se a ela, afirma que a “comunicação do sonhador com o seu mundo é, no devaneio de solidão, muito próxima, carece de distância, dessa distância que assinala o mundo percebido”. E aí se coloca o dilema da imposição conceitual de Salazar.

Há distância entre o objeto da ânsia e o observador-sonhador? Não, não há. O que há, isto sim, é uma existência simbiótica entre os dois – humanizemos agora a janela! Existe um espaço muito pequeno, um quase-espaço entre o narrador que observa e a imagem que é observada. Embora pequeno, esse espaço-intervalo permite o redimensionamento das sensações e percepções subjetivas.

Realmente carece a distância, tomemos, por exemplo, o quadro de Salvador Dalí – *Muchacha en una ventana*. Nele, através da janela, a mulher observa um espaço distante, perfeitamente colocado à crítica, uma imagem desfeita que forma outra, uma imagem desconstruída que alicerça o exato instante do sonho, do devaneio, do momento em que a imagem cósmica “nos dá o mundo antes da parte” (BACHELARD, 1996, p. 167). Ainda que saibamos que esse mundo em Lobo Antunes nos é, também, dado, só que inversamente; o mundo é mosaicamente composto. As partes vêm sempre antes do todo.

O mundo português do narrador de Lobo Antunes é um excesso de espaço-fragmentos, uma quase-metáfora urbana, porque, tal qual a metáfora, é deslocado de seu campo semântico, dando um maior efeito ao sintagma social. É Aristóteles (1997) que, falando sobre metáfora e metonímia, explica que este processo de introdução de um termo impróprio em determinado espaço mostra algo mais substancial, mais essencial que o linguajar e que corresponde, portanto, a um torcer a linguagem, a um violentar a narrativa, a um entender as necessidades superiores: a necessidade de compor-se espaço total, a necessidade de compor-se todo. De rechaçar o fragmento. E é por isso da

impossibilidade de novos espaços, e é por isso a esterilidade da comunicação.

Objetivando pelo viés da organização social, temos uma falsa moralidade conjugada à fuga da realidade que fixa a imagem, e, como ator de uma História do século XX, Portugal mais uma vez é coadjuvante. Outra vez não se compreende como colonizador e não violenta nunca a massa cinzenta que vela seu imaginário, condenando a imagem do lar a uma estreita faixa de terra que não percebe o direito histórico que lhe é conferido, como colonizador, de verdadeira ocupação do espaço alheio.

É notório, historicamente, que o país de Salazar não habitou o espaço-colônia, mas foi habitado por ele, pois dele as lembranças são poucas e aparentemente superficiais, contudo isso é um detalhe histórico. Mais grave do que não ocupar o espaço do *Outro* é desabitá-lo em detrimento desse *Outro* que se tornou realmente reflexo de si; mais grave é deixar esvaziar o próprio sótão, a própria racionalidade, corroendo, então, as bordas da moldura que enquadra o país.

“Ao contrário, os verdadeiros pontos de partida da imagem [...] revelarão concretamente os valores do espaço habitado, o não-eu que protege o eu” (BACHELARD, 1998, p. 24). A pluridimensionalidade do tempo histórico faz com que o discurso estatal se esterilize, tornando-o ultrapassado e insustentável, argumentativa e praticamente. Logo, há um Estado - Portugal - que se pretende modelo e modelador e que está totalmente fora da órbita da História, do tempo da História. Ao sair de seu ostracismo, depara-se com a velocidade irrefreável do progresso e não possui pilares de sustentação, voltando-se, então, para si mesmo numa espécie de ensimesmamento político que continuará protegido por um espaço não tempo. Tendo, enfim, outra vez, “Portugal como destino” e tendo um não eu (condição histórica) que protege o eu (Estado real).

E outra vez o paradoxo da Pequena Casa portuguesa, cantada por Camões, e do Grande Império, defendido por Salazar, vem à tona. Portugal, o primeiro reino “[...] a libertar-se da presença do Islão” (LOURENÇO, 1999, p. 90) no século XIII e que, desde então, ocupa o mesmo espaço físico não se compreenderá, depois, a partir do século XV, como descobridor. Como o império que esteve presente “na costa da Índia,

em Malaca, na China, [no] povoamento de ilhas atlânticas [...] no povoamento do Brasil, mais tarde, ou simultaneamente [presente] em Angola, Guiné, Moçambique” (LOURENÇO, 1999, p. 95).

Eis o paradoxo. Ao passo que entra num tempo que mudará a História com os descobrimentos e povoações, vive uma ritualização cada vez mais forte do microcosmo lusitano. Alimenta uma rede simbólica cada vez mais polarizada e centrada na Igreja e passa a formar um exército cristão. Essa nova fase faz com que Portugal altere seu tempo histórico, afirma Eduardo Lourenço, conservando seu espaço-limite. “Em sentido próprio e figurado passou a ser dois, não apenas empiricamente, mas espiritualmente” (LOURENÇO, 1999, p. 95).

Além de servir como armazém, provedor, da mesma faixa estreita de terra que vem formada desde o século XIII, Angola, a gigantesca colônia salazarista, serve para gerir um espaço mítico de povo descobridor que alimentará o imaginário português durante anos. O nascimento do Estado português dá-se timidamente, “ao mesmo tempo simples e interminável” (LOURENÇO, 1999, p. 91), o espaço físico não cessa a expansão, o psicológico - o atrofiamento.

O espírito de fragilidade que alimenta a cabeça e o espírito portugueses, aliado ao sentimento de isolamento, talvez por ter Portugal a seu oeste um mar imenso que some num vazio profundo, faz com que a espera se torne prática, Cristo, alimento e a Igreja, abrigo seguro. O tempo histórico encontra-se diluído e esterilizado no espaço, na sempre fixa ideia da singularidade do povo português, pois, como ensina Lourenço, “o singular no povo português é viver-se enquanto povo como existência miraculosa, objeto de uma particular predileção divina” (LOURENÇO, 1999, p. 92). E ninguém fomentou mais essa ideia do que Salazar.

É nessa prisão voluntária que Portugal se pensa intocável e convicto de que seu lugar no mundo está assegurado, afirma Lourenço, numa espécie de contentamento banal e generalizado que garante uma vida legitimamente portuguesa.

A INSUSTENTÁVEL EROÇÃO DO COLONIZADOR E O INÍCIO DO PROCESSO DE COLMATAÇÃO DOS COLONIZADOS OU DO TOMBO DE ADAMASTOR

Os anos 60 prometiam ser os piores já vividos pelos portugueses. No início da década, a

situação política das colônias africanas tornara-se insubsistente para o governo português, porque

Portugal, no início dos anos 60, não enfrentou dificuldades com os nacionalistas apenas em Angola, mas em todos os seus territórios, onde a luta armada iniciou-se para valer. Daomey-Benin e os territórios indianos foram definitivamente perdidos. Ao mesmo tempo, Timor, Guiné e Moçambique iniciaram também a luta armada contra os colonialistas (MENEZES, 2000, p. 174).

A Polícia de Repressão Portuguesa (PIDE) perdera todo e qualquer tipo de controle, de dominação. De um lado, os africanos, especialmente na Guiné e no Norte de Angola, com seus movimentos de resistência cada vez mais organizados. De outro, as potências mundiais pressionando num óbvio intento de agilizar suas relações comerciais internacionais, a fim de ampliar seu público consumidor.

Quando, em São Bento, Salazar soube, em 1961, da explosão da resistência angolana, ordenou que se acabasse logo com “aquilo”, pois não haveria de aguentar seis meses. Dois dias depois do levante armado, vai para a *Emissora Nacional* e, em nome de Deus e da família, ordena: “Para Angola e em força” (SALAZAR apud DACOSTA, 1998, p. 105). Mais tarde, confidenciará que a Europa, equivocada, cedeu muito facilmente as independências de suas colônias e que Portugal era um país colonizador por excelência. Disse ele que

Se as grandes potências se convencerem que os portugueses são os únicos que, pela sua maneira de ser, cultura e língua, podem manter-se em África, será possível ultrapassar esta fase de dificuldades. As independências irão dar-se, mas muito lentamente. A Europa levou séculos para se tornar o que é hoje. África vai levar também muito tempo, talvez uns 300 anos. Os povos primitivos não podem passar repentinamente de um estado a outro. Eu devia ter ido à África quando era estudante, e os estudantes lá iam, no fim do curso. Então poderia andar à vontade. Agora, na minha posição, não vale a pena. Se fosse, apenas me mostravam o que queriam, não a realidade (SALAZAR apud DACOSTA, 1998, p. 105).

O que Salazar não vê, parece que propositadamente, é que, já na segunda metade do século XX, os territórios ultramarinos são economicamente inviáveis e que o subjugo do *Outro* se tornou crime. A exploração direta já não faz sentido e o cultivo de um coletivo consumidor oferece um retorno muito maior do que qualquer outro tipo de atividade. Enquanto Clio segue varrendo a Ásia, a América Latina, o Leste Europeu e solidificando Estados em todas as partes do globo, Portugal é merecedor de míseros parágrafos nos livros de História. É Hobsbawm (1994, p. 218) que afirma que

[...] em fins da década de 1950 já ficara claro para os velhos impérios sobreviventes que o colonialismo formal tinha de ser liquidado. Só Portugal continuou resistindo à sua dissolução, pois sua economia metropolitana atrasada, politicamente isolada e marginalizada não tinha meios para sustentar o neocolonialismo. Precisava explorar seus recursos africanos e, como a sua economia não era competitiva, só podia fazê-lo pelo controle direto.

O colonialismo assume nova face. A dependência cultural, já semeada nas ex-colônias durante todo processo espoliativo, começa a dar um retorno ainda mais rentável do que a extração imediata dos recursos naturais. A destruição do espaço físico planejado pelas potências, ao retalharem a régua suas colônias, deixando os territórios colonizados sem estrutura para se manterem, surge já como a maior consumidora de toda e qualquer benfeitoria produzida pelas potências industriais.

E Salazar, que fez questão de não industrializar o país, vê-se, então, sem saída, sem possibilidade de lançar-se também como fornecedor de matéria, de produtos. Pois, juntamente com “aburguesia nacional a ele associada, consideravam da maior importância a manutenção do estatuto colonial, de vez que nas colônias se encontravam as maiores riquezas que garantiam a sustentação da metrópole” (ANDRADE, 1991, p. 50), relegando, assim, a um plano inferior, qualquer tipo de inovação tecnológica. Fugindo da realidade mundial! O Estado Português é uma organização insignificante em sua prática e conduta e pretende-se modelar, e “tudo que carece de um

modelo exemplar é insignificante, isto é, destituído de realidade” (ELIADE, 1992, p. 38).

Desprovido de uma indústria realmente forte e, por consequência, não sofrendo do mesmo “mal” de países como França e Inglaterra - a necessidade do escoamento da produção -, Portugal vê-se historicamente forçado a organizar uma maneira de escoar para África o seu excesso - o homem português.

Como explica Menezes (2000, p. 177),

Nos anos 60, o incentivo oficial à transferência de colonos da metrópole para os territórios ultramarinos continuou ocorrendo. Fizeram-se planos de transferência de 500 mil portugueses para o Sul de Angola, porém, no início dos anos 70 a população europeia total pouco ultrapassava três centenas de milhares. As transferências de colonos, no fim das contas, continuavam tendo como objetivo desafogar a metrópole de seus próprios problemas de subdesenvolvimento e pobreza.

No excerto, apresenta-se a desconexão total com a própria realidade e a incompetência de fazer uso de uma política administrativa interna funcional. É cabível, na análise, usarmos as adjetivações de Hobsbawm, quando se refere a Portugal como um país que possui uma “economia metropolitana atrasada, politicamente isolada e marginalizada”. É esse o perfil do império salazarista. É esse o retrato do país (pretensiosamente-modelar-país) que, mais tarde, ao demonstrar interesse em participar da Comunidade Europeia, sentiria no seu espaço as consequências de sua prática fascista, parva e inócua.

A luta travada pelo MPLA e pela UNITA acentuou-se às vésperas da retirada do exército português, em novembro de 1975. O motivo foi a invasão dos sul-africanos que, com a cobertura dos EUA, tentavam impedir a posse de Agostinho Neto como primeiro presidente de Angola. Imediatamente a ex-União Soviética enviou 45 aviões carregados de armamento que serviriam para abastecer os 30 mil soldados cubanos responsáveis pela garantia de posse do MPLA. A essa altura da História, desciam secretamente em Luanda, por ordem do presidente Geisel, dois diplomatas brasileiros - Ítalo Zappa e Ovídio de Mello - que tinham a missão de analisar

as probabilidades de governo, como ensina Martins (1999). Dois analistas do governo brasileiro que averiguariam o respaldo do MPLA entre o povo e quais eram as possibilidades factuais de governar um país em guerra. Importante deixar claro que a rejeição do MPLA era inferior a 5%³, percentual insignificante, se pensarmos numa nação que se conforma dentro de uma gigantesca variedade étnica. Esses diplomatas confirmaram o apoio político dado pela população ao grupo marxista-leninista, vencedor da guerra civil. E, no dia 12 de novembro, um dia depois da independência de Angola, o governo brasileiro é o primeiro governo ocidental que reconhece publicamente a independência do novo Estado, à revelia das outras potências mundiais como EUA, Itália, França, Alemanha etc.

As relações Brasil/África construíram boa parte da História mundial, bem porque o comércio de escravos, que trouxe milhares de negros para o Brasil, foi desastroso para o desenvolvimento de Angola. A presença portuguesa, provavelmente, teria sido abreviada, se não houvesse a necessidade de suprimento dessa demanda social. Essa prática espoliativa levou à manutenção do território em constante situação de imobilidade política e militar, subordinando Angola ao Brasil, numa relação fornecedor/fornecido, porque a

África tornou-se a única fonte capaz de oferecer ao Brasil a gente que necessitava para ocupar seu vasto território, assegurar sua unidade e transformar-se numa grande nação. E o africano apesar de oprimido, humilhado e reduzido em sua humanidade pela escravidão, cumpriu esse papel e deixou sua marca profunda em todos os setores da vida brasileira (SILVA, 2003, p. 23).

A rede imaginária que se forma a partir dessas relações históricas (e que é um mosaico imagético riquíssimo, se pensarmos na tríade Portugal-Brasil-Angola) está muito bem representada na literatura que vem com a independência. A imagem que os africanos, mais ainda os angolanos, fazem dos brasileiros é a da colônia que deu certo. Ignorando

a covardia de Dom João VI varrendo oceano e distribuindo cargos emergenciais sob a ameaça de Napoleão, os africanos não pensam sobre as causas que levaram o Brasil a ganhar a independência décadas antes da sua, o que se fixa é a plasticidade da bem-aventurança, pois, como ensina Gilbert Durand (1999), “é pela imagem que a alma humana representa com maior exatidão ainda as virtudes” (DURAND, 1999, p. 19).

O que lhes vem à mente é a nossa virtuosidade. O que lhes vem à mente é o Brasil que tem lugar para todos, o Brasil que tem muito deles nos costumes, na religião, que serve sempre de norte. A imagem é a do Brasil que tem uma base civilizacional muito próxima: negra. Em momentos de crise, isso faz com que sirvamos sempre de refúgio. Por exemplo, como

Tanganica e Quênia estão muito associadas e é desoladora a perspectiva de progresso social, com os 9 milhões da primeira vivendo numa economia de subsistência, com um índice *per capita* de 8 libras por ano e com o padrão de vida da segunda ainda mais baixo e sem probabilidade de aumentar rapidamente [...] os comerciantes do Quênia, entre eles brancos, negros e mestiços, iniciaram seus preparativos para fugirem para o Brasil (RODRIGUES, 1964, p. 286).

Aí temos a representação de uma classe dominante, classifiquemos assim, aquelas pessoas que detêm um relativo poder aquisitivo, partindo para o Brasil, estabelecendo processo de livre associação imagética: no momento de crise, a ex-colônia portuguesa é o refúgio seguro. Na obra *Lueji, o nascimento dum império* (1990, p. 216), um dos personagens da narrativa de Pepetela afirma, depois de um silêncio pontual, que vai para o Brasil na busca do verdadeiramente nacional, vai para o Brasil para buscar o que Angola precisa – uma referência de nação, uma identidade. Já n’*A geração da utopia*, o ponto de contato se dá pela literatura, pelo reconhecer-se na linguagem daquele que sofreu um semelhante processo de colonização. Numa crítica aos portugueses colonizadores, um personagem, em tom conceitual, fala aos amigos:

Qual Camões, qual Pessoa, Drummond é que era, tudo estava nele, até a

³ CONTE, Daniel. Viva voz: Pepetela. *Revista Porto e Vírgula*, n. 40, 2001.

situação de Angola se podia inferir na sua poesia. Por isso vos digo, os portugueses passam a vida a querer-nos impingir a sua poesia, temos de a estudar na escola e escondem-nos os brasileiros, nossos irmãos, poetas e prosadores sublimes, relatando os nossos problemas e numa linguagem bem mais próxima da que falamos nas cidades. Quem não leu Drummond é um analfabeto (PEPETELA, 2000, p. 31).

O Brasil, um país que antes absorvia a mão de obra escrava de seus irmãos, agora serve como uma cuna de reflexão, isso porque ao serem

[...] vendidos no Brasil este e aquele escravo podiam topar outros do mesmo reino, da vizinhança de sua aldeia, do seu mesmo vilarejo e, alguma vez, de sua mesma linhagem, e passavam-lhes a notícia do outro lado do mar. Por sua vez, parte da tripulação dos navios negreiros era formada por ex-escravos, que podiam levar notícias do Brasil; o barco funcionando, portanto, como jornal e correio (SILVA, 2003, p. 76).

Alberto da Costa e Silva evidencia que a escravidão brasileira era a mais livre que as outras, era mais tênue que as outras, era mais! Porque é bem menos violento ver um escravo às chibatadas do que servindo chá às cinco horas em ponto em alguma mansão londrina vestido com um meio-fraque, abandonado pelo seu dono, e que cabe numa elegância falsa e apertada. Uma espécie de sofrimento elucidado pela palavra que ia e vinha nas proas dos navios, que navegava oceano com a mesma ânsia na ida e na volta.

É importante registrar que as relações Brasil/África ou mais especificamente Brasil/Angola, na política ou na literatura ou na tessitura de suas Histórias, é uma relação de percepções e entreatamentos culturais, mais do que qualquer outra impressão, fazendo com que haja um constante diálogo de representações do imaginário cultural que se edifica permeado de influências. Tanto assim é que o professor Alberto da Costa e Silva, n' *Um rio chamado atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*, diz que

[...] alguns dos ex-escravos que voltaram à África, instalaram-se em áreas distantes e muito diversa culturalmente de suas regiões de nascimento. Mesmo aqueles que regressavam às terras de origem, ali encontravam uma cerrada estrutura de solidariedade tribal e de hábitos a que não mais se sentiam vinculados. Tinham-se, no exílio, abasileirado. Procuravam, por isso, unir-se e formar núcleos sociais próprios (SILVA, 2003, p. 34).

O que nos fica é o diálogo. A confluência de vozes. É a África que cada um de nós traz em si ou escuta ou dança ou come ou dança ou escuta ou traz em si. O que fica é a poética da mescla das referências, isso está dito nos versos de Geraldo Bessa Victor - um mestiço nascido em Luanda em 1917 - que, depois dos estudos feitos em Lisboa, volta para Angola e publica, em 1949, *debaixo do céu*.

Eis-me navegador. Um sonho abarco.
A vida é mar, a Vida é toda um Mar.
E quem tem alma e sabe o que é sonhar
- há-de lançar às águas o seu barco.

Heróis - Fernão, Colombo, Gama,
Zarco!
Mistério, assombro - a vaga, a noite,
o luar,
o espaço, o vento, a chuva, a nuvem,
o ar ...

- Adonde a calma, o rumo, o porto, o
marco? -
Mas uma força interna me estimula
para que eu vença a onda e o vendaval,
tanto mais quando o vento brame,
ulula

e o Mar ameaça abrir o hiante seio ...
Eu tenho a fé e o sonho de Cabral
em busca do Brasil do meu anseio!

A imagem do Brasil desponta como o instrumento que gera a força da continuidade. Isso é uma espécie de espaço coerente e produtor de significado dentro da História, pois a imagem "é a representação de uma realidade cultural estrangeira através da qual o indivíduo ou o grupo que a elaboraram (ou que a partilham ou que a propagam) revelam e traduzem o espaço ideológico no qual

se situam” (PAGEAUX; MACHADO, 1981, p. 43). Portanto, o Eu o Outro e um Outro-eu-meu que se vai formar a partir das relações estabelecidas e que se vai fixar como o ponto de colmatação estão relacionados de forma tão ampla e tão intrínseca que passam a existir quase que completamente devido à existência dessa acentuada relação de alteridade.

Isso fica evidente dentro das construções dos Estados Modernos – e assim caracterizo por conta e risco aquelas Nações que se configuraram Estados Nacionais a partir do fato de terem sido colonizadas - em que as identidades surgem já problemáticas desde o ponto de vista das confluências de discursos culturais que irão construí-las. Peter Burke (2003) discute essa hibridização das relações sociais e das formações dessas organizações antropológicas, desde o momento do primeiro contato (daí a permeabilização cultural irrefreável e que Salazar teimava em negar), sistematizando essa existência para que a leitura das inter-relações não seja feita de forma aleatória, ensina Burke que não se pode abordar o hibridismo “indiscriminadamente”. Sendo essa mescla cultural perceptível, logicamente vamos pensar que isso é possível devido a uma série de necessidades e impressões que vão-e-vêm dentro de determinada rede imaginária. Ou dentro de um outro-novo imaginário que se forma. Trouxe Burke à discussão porque queria chegar às imagens híbridas às quais se refere e que tão bem constatamos em nossa ressignificação cotidiana. Diz o autor que, na perspectiva da interpretação do mundo, isso se evidencia, o hibridismo dos estereótipos “está claro na questão das convergências e/ou afinidades entre imagens, ou seja, aquelas que exercem uma função semelhante, embora tenham imagens diferentes” (BURKE, 2003, p. 26). Isso quer dizer que o embate cultural dá início a um processo de ressignificação conceitual e faz emergir demandas outras que não existiriam se não fosse a relação de poder estabelecida. Pensemos no sincretismo religioso no Brasil com a escravidão. Imagens diferentes, funções semelhantes, ou em todas as relações político-culturais que a História registra entre Brasil e África.

Assim, a questão do sincretismo acentuado se faz plenamente compreensível, no Brasil, porque o escravo africano deslocado e desespacializado vai constituir um outro estado de representações, já que uma “nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu poder para gerar um sentimento

de identidade e lealdade” (HALL, 1999, p. 49). As administrações brasileiras, historicamente, posicionaram-se ao lado dos africanos, embora o governo JK lançasse um olhar indiferente para o continente negro, preservando incontestemente o alinhamento político e as relações entre Brasil e Portugal, ademais o momento histórico não exigia nenhum tipo de efetiva prática nas relações internacionais com as colônias portuguesas na África, como registra Martins (1999). Tanto que nas políticas de relações exteriores, quando se fez necessário defender interesses comuns, como em questões de reconhecimento das práticas políticas internas, o Brasil, aproximado da África, por sua base civilizacional ou pelo passado comum, se ergueu em favor do continente negro.

Dessas relações dois episódios foram importantes: o primeiro foi o fundamental apoio dado pelo Brasil às Nações africanas em desenvolvimento, quando elas exigiam a entrada de seus produtos *tropicais* no mercado comum da Europa, o que, por obviedade, os seis grandes europeus não aceitavam e pela interferência brasileira cederam a liberação de quotas de exportação para os africanos.

O outro e mais emocionante fato foi quando, em 31 de janeiro de 1961, em discurso proferido ao povo brasileiro, através da Voz do Brasil, Jânio Quadros discursa:

Atravessamos horas das mais conturbadas que a humanidade já conheceu. O colonialismo agoniza, envergonhado de si mesmo, incapaz de salvar os dramas e as contradições que engendrou, [...] Abrimos nossos braços a todos os países do continente. Somos uma comunhão sem prevenções político-filosóficas. Os nossos portos agasalharão todos os que conosco queiram comerciar. Somos uma comunhão sem rancores ou temores. Temos plena consciência da nossa pujança para que no arreceemos de tratar com quem quer que seja (QUADROS apud RODRIGUES, 1964, p. 374).

Como aí está, a História do colonialismo europeu é a história da construção do indivíduo brasileiro e do indivíduo africano. Assim como a História da formação das nações mestiças é a História da Europa. E, então, dentro de uma conjuntura

social tensionada historicamente, o Brasil desponta como um elemento catalisador, uma cultura que, por se haver construído a partir de uma base luso-africana, tem a função de harmonizar relações entre colonizador/colonizado. Para a diplomacia, tanto a brasileira como a portuguesa, o Brasil

[...] tinha a missão de ser o mediador entre a Europa e os países tropicais. Assim, o Brasil tinha um papel a cumprir no Atlântico: o de ajudar a reforçar a língua e a cultura portuguesas na África. Daí a ideia de criação de uma comunidade atlântica compreendendo o Brasil, o Portugal metropolitano e as nações africanas (SARAIVA, 1996, p. 52).

O que percebemos é a existência de uma referência cultural, o único país que contém em sua construção a essência das possibilidades de diálogo entre os países que tentam se reconhecer, nesse período da História, não mais como colonizador/colonizado, opressor/oprimido, ou qualquer outra oposição que o valha, mas que vislumbra possibilidades de um arranjo dialógico, é o Brasil.

Isso significa que, circunspecto às relações de poder ainda existentes, pois não se pode apagar as feições de Clío tão facilmente, temos emergindo uma outra relação: a do reconhecimento das influências, o que servirá para a elaboração de um outro discurso. O que servirá para a edificação de uma outra identidade em que o Eu africano se erguerá da formação discursivo-identitária lusitana e mostrará o que de europeu nele há. E claro! A vazão das influências de África para a Europa se dá na mesma cadência.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. de. **Imperialismo e fragmentação do espaço**. São Paulo: Unicamp, 1991.
- ANTUNES, António Lobo. **Os cus de Judas**. 14. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1986.
- ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. **A poética clássica**. São Paulo: Cultrix, 1997.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. **A poética do devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____. **A chama de uma vela**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BURKE, P. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.
- _____. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.
- CONTE, D. Pepetela Viva voz. **Revista Porto e Vírgula**, Porto Alegre, n. 40, p. 12-18, nov./jan. 2000-2001.
- DACOSTA, Fernando. **Máscaras de Salazar**. Lisboa: Notícias editorial, 1998.
- DURAND, G. **Imagens e reflexos do imaginário português**. Lisboa: Hugin, 1997.
- _____. **O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem**. Rio de Janeiro: Difel, 1999.
- ELIADE, Mircea. **Mito do eterno retorno**. São Paulo: Mercuryo, 1992.
- _____. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- LOURENÇO, Eduardo. Literatura e revolução. In: **COLÓQUIO Letras**, Lisboa, 78, 1984.
- _____. **Mitologia da Saudade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- MACHADO, A. M.; PAGEAUX, D. H. **Da literatura contemporânea à teoria da Literatura**. Lisboa: Edições 70, [199-?].
- MARTINS, R. P. **A diplomacia da prosperidade: a política externa do governo Costa e Silva**.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

MENEZES, Solival. **Mamma Angola**. Sociedade e economia de uma país nascente. São Paulo: Edusp, 2000.

NOVAES, Aduino. (Org.). **Tempo e história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

PEPETELA. **Lueji**: o nascimento dum império. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

_____. **A geração da utopia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. **O cão e os caluandas**. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1996a.

RODRIGUES, J. H. **Brasil e África**: outro horizonte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SARAIVA, J. F. S. **O lugar da África**. Brasília: UNB, 1996.